



## Teste de conformidade quanto a formalística do produto crédito em uma instituição financeira cooperativa

Conformity testing for product credit formalist in a cooperative financial institution

Luís Henrique Pasini<sup>1</sup>  
<https://orcid.org/0009-0000-5126-5349>  
Bruna Faccin Camargo<sup>2</sup>  
<https://orcid.org/0000-0002-7292-470X>  
Jocias Maier Zanatta<sup>3</sup>  
<https://orcid.org/0000-0002-9366-6500>  
Eduardo Fernando da Silva Souza<sup>4</sup>  
<https://orcid.org/0009-0007-2644-8603>

Recebido em: 20 dez. 2023  
Aceito em: 11 out. 2024

**Como citar este artigo:** PASINI, L. H.; CAMARGO, B. F.; ZANATTA, J. M.; SOUZA, E. F. da S. Teste de conformidade quanto a formalística do produto crédito em uma instituição financeira cooperativa: Conformity testing for product credit formalist in a cooperative financial institution. **Revista Visão: Gestão Organizacional**, Caçador (SC), Brasil, v. 13, n. 2, p. e3380-e3380, 2024. DOI: 10.33362/visao.v13i2.3380. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/visao/article/view/3380>.

**Resumo:** A doutrina do cooperativismo está em constante expansão no cenário global, face que, está centrada na consecução de resultados por meio de ações pautadas na ajuda mútua e no bem-estar comum. No nicho de mercado onde estão inseridas as instituições financeiras, o cooperativismo de crédito vem angariando espaço através de seu diferencial econômico e social, atuando com interesse pelas pessoas e pelas comunidades onde estão presentes. Este estudo tem como objeto a realização de um teste de conformidade quanto a formalística do produto crédito em uma instituição financeira cooperativa, de modo a evidenciar seu nível de acurácia. O estudo foi realizado na Cooperativa Alfa, no período de abril a junho do ano de

---

<sup>1</sup> MBA em Finanças Corporativas e Compliance pela Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA). E-mail: [lh\\_pasini@outlook.com](mailto:lh_pasini@outlook.com).

<sup>2</sup> Doutora em Contabilidade e Finanças pela Universidad de Zaragoza (UNIZAR) e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Professora da Universidade Franciscana (UFA). E-mail: [brunafaccin@hotmai.com](mailto:brunafaccin@hotmai.com).

<sup>3</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). E-mail: [josk85@gmail.com](mailto:josk85@gmail.com).

<sup>4</sup> Mestre em Engenharia de Produção e Graduado em Administração pela UFPE. MBA em Gestão de Logística pela Wyden e Gestão de Projetos pela UniNassau. Membro do Grupo de Pesquisa em Engenharia Econômica e Otimização Combinatória da UFPE-CAA. E-mail: [eduardofssouza9@gmail.com](mailto:eduardofssouza9@gmail.com).

2023, caracterizando-se enquanto a natureza como aplicada, com abordagem quali-quantitativa, quanto aos objetivos como explicativo e descritivo, utilizou-se como procedimentos técnicos pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso, a coleta de dados se deu por meio de observação participante, consulta à documentação direta e indireta, e entrevistas, e por fim, para a análise dos dados teste de conformidade. Partindo do entendimento de que o crédito pode ser considerado como um dos produtos relevantes do sistema financeiro, de forma a possibilitar o alcance do objetivo proposto, realizada explanação a respeito do modelo do negócio cooperativo, sobre a relevância do compliance, no viés de transmitir segurança a todas as partes interessadas, efetuada contextualização a respeito das linhas de crédito definidas e, promovido o teste de controle planejado. A partir dos resultados obtidos demonstrou-se o nível de acurácia do produto crédito na Cooperativa Alfa, assim como, foi evidenciado o nível de efetividade dos controles de gestão de riscos que a instituição estudada apresenta. Por fim, diante do cenário observado pode-se identificar em quais itens há possibilidade de evolução, sob a ótica de boas práticas de mercado e, premissa da melhoria contínua.

**Palavras-Chave:** Compliance. Gestão de riscos. Teste de controle.

**Abstract:** The doctrine of cooperativism is constantly expanding on the global stage, which is centered on achieving results through actions based on mutual help and common well-being. In the niche market where financial institutions are located, credit cooperatives have been gaining ground through their economic and social differential, acting with interest in people and the communities where they are present. This study aims to carry out a conformity test regarding the formalities of the credit product in a cooperative financial institution, in order to demonstrate its level of accuracy. The study was carried out at Cooperativa Alfa, from April to June of the year 2023, characterized as nature as applied, with a qualitative-quantitative approach, in terms of objectives as explanatory and descriptive, bibliographical research was used as technical procedures, documentary research and case study, data collection took place through participant observation, consultation of direct and indirect documentation, and interviews, and finally, for the analysis of compliance test data. Based on the understanding that credit can be considered as one of the relevant products of the financial system, in order to enable the achievement of the proposed objective, an explanation was made regarding the cooperative business model, on the relevance of compliance, with a view to transmitting security to all interested parties, contextualization was carried out regarding the defined credit lines and the planned control test was promoted. From the results obtained, the level of accuracy of the credit product at Cooperativa Alfa was demonstrated, as well as the level of effectiveness of the risk management controls that the studied institution presents. Finally, given the observed scenario, it is possible to identify which items have the possibility of evolution, from the perspective of good market practices and the premise of continuous improvement.

**Keywords:** Compliance. Risk Management. Control Test.

## INTRODUÇÃO

O mercado e a economia global vêm apresentando constante transformação ao

decorrer do tempo. Não diferente dos demais segmentos, as instituições financeiras também se encontram em constante evolução, tanto na busca por proporcionar as melhores soluções a seus clientes quanto na necessidade de garantir a segurança das transações e, por consequência, a perenidade do negócio.

Diante do contexto econômico, Lira (2014) explica que se intensificou a exigência por práticas de controle e mitigação de riscos, não apenas no viés de proteger acionistas e investidores, mas, sob forma de assegurar que as instituições adotem procedimentos que reduzam a probabilidade de prejuízos decorrentes dos riscos inerentes a sua atividade. Neste mesmo contexto se encontram as instituições financeiras, que devido sua atividade principal baseada na intermediação de recursos monetários, costumam adotar algumas das seguintes ferramentas no viés de gerenciamento de risco e compliance: elaboração de planos de risco, realização de testes de controle e conformidade e, realização de auditorias.

Neste sentido, compreende-se como teste de conformidade a checagem quanto a acurácia de determinado procedimento. O teste de controle e conformidade busca validar a exatidão, completude, existência e ocorrência do fato, de modo a evidenciar se a formalização e operacionalização de determinado procedimento foi realizada de acordo com o regramento aplicável (INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL, 2021).

Tão importante quanto uma boa negociação, Zonatto e Beuren (2012) discorrem que a formalística adequada, compreendida pela análise, formalização das condições e concessão de produtos e serviços é preponderante para o sucesso da operação. Em um nicho de mercado tão concorrido como o financeiro, a eficiência e eficácia das instituições, principalmente na análise e concessão de crédito, são fatores decisivos para obtenção de vantagem competitiva.

Neste viés, um modelo de negócio que tem crescido ao longo dos anos é o Cooperativismo, inclusive de Crédito, tem por base a filosofia de que através da cooperação, ajuda mútua e ações que visem o bem-estar comum, é possível construir uma sociedade melhor e mais próspera, onde todos possam ganhar com as relações comerciais (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO, 2023).

Com base no exposto, o objetivo do presente artigo consiste na realização de teste de conformidade quanto a formalística do Produto Crédito em uma Instituição Financeira Cooperativa. Delimitando-se em analisar determinadas linhas de crédito, diante das demais linhas disponíveis neste produto.

O trabalho está estruturado em cinco seções, além desta seção introdutória, também discutimos teoricamente os tópicos básicos para a realização da pesquisa, e também apresentamos os procedimentos metodológicos. Na sequência é apresentado os resultados juntamente com as discussões oriundas e por fim as considerações finais.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

O cooperativismo é um modelo econômico e social em crescimento, não somente no Brasil, mas em âmbito internacional. Segundo os autores Wilhelm e Schneider (2013), a prática do cooperativismo compreende ações de primazia pela ajuda mútua e busca pelo atingimento de objetivos coletivos, através dos quais, gera-se um círculo virtuoso de prosperidade. Ainda sob a ótica dos autores, a criação de uma sociedade Cooperativa tem por objetivo promover o bem-estar comum, onde o associado assume o papel de dono do negócio e, por intermédio dos valores cooperativistas, tem a oportunidade de construir uma sociedade voltada ao desenvolvimento humano e qualidade de vida (WILHELM; SCHNEIDER, 2013).

Conceituado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem:

O cooperativismo é um modelo econômico-social que gera e distribui riqueza de forma proporcional ao trabalho de cada associado. Considerado pela ONU “um modelo de negócios que constrói um mundo melhor”, é uma opção de crescimento econômico que caminha junto com o desenvolvimento social, pautada por valores humanos como solidariedade, responsabilidade, democracia e igualdade. (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO, 2023).

Schardong (2003) destaca que no exterior, vários países desenvolvidos encontraram no sistema de cooperativismo de crédito uma forma de promover a organização econômica e social. Segundo o autor “os sistemas cooperativos mais avançados estão situados na Europa, especialmente na Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda e Portugal, seguidos de Estados Unidos, Canadá e Japão”.

Em complemento, Scherer (1999) explica que o marco inicial do cooperativismo em território nacional ocorreu com a chegada do Padre Theodor Amstad à cidade de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul em 1902. Na oportunidade, o Padre Theodor demonstrou um novo conceito de instituição financeira, alicerçado na valorização do ser humano frente a busca pelo lucro.

A amplitude de um sistema cooperativo é muito grande, podendo estar presente nos mais variados setores da economia. As cooperativas de crédito, cuja finalidade é oferecer soluções financeiras mais acessíveis, aliadas à redução de desigualdades sociais e disseminação do modelo cooperativo (PAGNUSSATT, 2004).

Em comprovação ao disposto pelo autor anteriormente, o Banco Central do Brasil estabelece que as cooperativas de crédito são instituições financeiras que prestam os principais serviços financeiros encontrados nos bancos, tais como conta corrente, operações de crédito, poupança tradicional, investimentos, seguros, consórcios, entre outros. Conforme determina

o BACEN, as cooperativas atendem exclusivamente aos seus associados, os quais, independentemente do percentual de participação em cota capital possuem o mesmo poder de voto nas tomadas de decisão (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

Segundo Pinho (1973), os princípios essenciais para que a atividade cooperativista seja assertiva e eficiente são: livre e voluntária adesão, interesse pela comunidade, autonomia e independência, intercooperação, distribuição de sobras, remuneração ao capital social e gestão democrática pelos cooperados. Ainda destaca que estas características são preponderantes para demonstrar os diferenciais do modelo cooperativista frente a outras práticas (PINHO, 1973).

A partir da década de 1980, houve um grande avanço no que tange o cooperativismo de crédito, deu-se início ao crescimento voltado para a organização sistêmica. Esta mudança relacionada ao padrão de desenvolvimento, aliada a uma padronização administrativa e operacional, serviu de base para a solidificação do Sistema de Crédito Cooperativo (PAGNUSSATT, 2004).

O surgimento e desenvolvimento das cooperativas de crédito, de modo geral, tem contribuído para o avanço da economia e melhora da qualidade de vida da sociedade. Segundo Frantz (2003), devido à sua força, advinda da união das pessoas, as cooperativas possibilitam implantar uma mudança cultural nas comunidades onde estão inseridas, fazendo com que o ser humano volte a ser centro do círculo econômico e deixe o capital como consequência.

Por fim, importante salientar que o associado é a essência de uma cooperativa, seja de crédito ou qualquer outro ramo. O sistema cooperativo prima pela união, cooperação mútua e busca pela consecução de objetivos coletivos, alicerçados ao bem-estar da comunidade. O grande propósito das instituições financeiras cooperativas é proporcionar aos seus associados a realização de sonhos através de negócios pautados na relação “ganha-ganha”, ou seja, uma transação que seja benéfica e adequada a ambas as partes. Para isto, a participação dos associados na cooperativa é importante para que a instituição possa crescer, se desenvolver e continuar gerando renda e prosperidade na região onde está inserida.

## **GESTÃO DE RISCOS**

Diante de um modelo de governança em constante desenvolvimento, o êxito na gestão está cada vez mais atrelado ao gerenciamento de riscos, os quais podem ser preponderantes para o atingimento ou não dos objetivos traçados.

Para Zonatto e Beuren (2012), o gerenciamento de riscos consiste em estabelecer métodos de controlar e mitigar, na medida do possível, a probabilidade de perdas ou prejuízos decorrentes de riscos que podem vir a se materializar. Cabe aos administradores da organização estabelecerem qual a propensão a risco diante dos objetivos da empresa.

O risco corresponde a uma incerteza, se trata da probabilidade de um evento ocorrer ou não. Neste sentido, o autor explica que apesar de o futuro ser desconhecido, é possível identificar possíveis futuros por meio da distribuição probabilística (MILLER, 1977).

Corroborando com Miller, os autores Fernandes, Souza e Faria (2010) discorrem sobre o risco de mercado, o qual pode ser entendido através de potenciais variações nos preços, assim como, taxas de juros, mercado e câmbio, além de oscilação quanto ao preço das commodities.

No que tange as instituições financeiras, inclusive Cooperativas de crédito, o Banco Central do Brasil estabelece a partir da Resolução nº 4.557/2017 artigo 2º que todas as instituições autorizadas a funcionar pelo referido órgão devem manter estrutura de gerenciamento contínuo de risco e de capital. Tais estruturas devem estar compatíveis com o modelo do negócio, natureza da operação e complexidade dos serviços realizados. As instituições financeiras devem adotar práticas proporcionais a sua dimensão e coerentes aos seus processos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017).

Zonatto e Beuren (2012), explicam que para o gerenciamento efetivo de riscos, a alta administração deve identificar os objetivos da organização, mapear os riscos relacionados, tanto internos quanto externos, e estabelecer mecanismos para mitigar a potencialidade de perdas. É importante frisar que não há risco zero, motivo pelo qual é importante estabelecer qual a propensão de risco da empresa.

Sob forma de gerenciamento de riscos, o Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil) dispõe sobre o Modelo das Três Linhas, cuja abordagem estabelece grupos, cada qual com sua responsabilidade frente a gestão de riscos. Este modelo está diretamente ligado a controles internos e tem por finalidade, auxiliar na identificação de processos e estruturas que possibilitem o atingimento do resultado corporativo (INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL, 2020). Abaixo, observa-se a Figura 1 quanto ao organograma do Modelo das Três Linhas.

Figura 1 – Modelo de três linha



Fonte: Instituto dos Auditores Internos do Brasil (2020)

Dentro do gerenciamento de riscos, o IIA Brasil destaca que Controles Internos, enquanto segunda linha, apresenta as seguintes competências:

Fornecer expertise complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao gerenciamento de riscos, incluindo: - Desenvolvimento, implantação e melhoria contínua das práticas de gerenciamento de riscos (incluindo controle interno) nos níveis de processo, sistemas e entidade. - O atingimento dos objetivos de gerenciamento de riscos, como: conformidade com leis, regulamentos e comportamento ético aceitável; controle interno; segurança da informação e tecnologia; sustentabilidade; e avaliação da qualidade. Fornecer análises e reportar sobre a adequação e eficácia do gerenciamento de riscos (incluindo controle interno) (INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL, 2020, p.6).

De Santana Pinho e Bezerra (2015) discorrem sobre a auditoria baseada em risco (ABR), que atua como ferramenta para garantir uma gestão de risco adequada e eficiente. Este modelo de auditoria busca avaliar de forma independente os mecanismos de controle e conformidade existentes, atestando assim seu nível de adequação para com as normas, políticas e legislação aplicável, principalmente, sob o viés de gerenciamento de riscos.

## CONTROLE INTERNO E COMPLIANCE

As entidades empresariais vêm se desenvolvendo em ritmo exponencial ao longo dos anos, o que demanda por organização e segurança, de modo a garantir a perenidade do negócio. Neste sentido, surge o controle interno, que corresponde ao conjunto de

procedimentos adotados sob a finalidade de proteger os ativos, mitigar riscos e contribuir com a alta administração para que esta tome decisões com maior embasamento, promovendo assim maior segurança na condução dos negócios (ALMEIDA, 2012).

Attie (2011), contribui ao afirmar que o controle interno tem por finalidade auxiliar a empresa quanto a verificação das operações, se há conformidade frente as determinações legais, bem como, normativos internos que regem o segmento onde a organização está inserida. Ainda, o autor destaca a importância de o controle interno atuar de forma preventiva, de modo a fornecer subsídios para tomada de decisão, atestar a conformidade dos procedimentos e, contribuir para o aprimoramento e eficiência operacional (ATTIE, 2011).

O controle interno também pode ser compreendido como o conjunto de ações adotadas pela alta gestão de uma empresa como ferramenta para o atingimento dos objetivos de crescimento e desenvolvimento traçados. A implantação do controle interno corrobora para que as metas planejadas pela administração tenham maior gerenciamento, organização e assim, possam ser concretizadas da forma mais segura e eficiente (AUDIBRA, 1998).

De acordo com Ribeiro (2011), uma área ou sistema de controle interno eficiente se torna imprescindível, principalmente para empresas de maior porte, uma vez que, possibilita mitigar riscos e/ou práticas operacionais duvidosas ou inadequadas. Através de um sistema de controle interno eficiente podem ser identificadas potenciais ocorrências com capacidade de causar danos de reputação e até mesmo prejuízos financeiros para a entidade.

Há de se ponderar, no entanto, que toda prática operacional possui suas limitações, tal como a ação de controle correspondente. Neste sentido, Bordin e Saraiva (2005), explanam que a efetividade do controle interno é alcançada por meio da adequação à realidade e especificidade de cada empresa. Cada entidade possui sua singularidade, desta forma, o controle deve ser aderente ao apetite a riscos da organização, definido através de seus normativos e políticas, assim como, legislação aplicável (BORDIN E SARAIVA, 2005).

Franco e Marra (2001), corroboram no viés de que a prática de controle está relacionada à implantação de mecanismos e instrumentos que atuem no monitoramento e prevenção de possíveis fatores que venham a interferir no atingimento do resultado almejado. Cabe ao controle interno desenvolver este sistema ao ponto de que, em identificada irregularidade ou oportunidade de melhoria, esta possa ser percebida e trabalhada, não somente na questão de apontar o problema, mas, no viés de indicar a solução pertinente.

Neste contexto, surge o termo *compliance*, que conforme Lira (2014), é derivado do verbo inglês *“to comply”* e está associada a conformidade, atuar conforme determinado regimento, política ou normativo. Para o autor, a empresa que age em conformidade, tem sua operação funcionando de acordo com a legislação e regulamentos aplicáveis, tanto internos quanto externos.

Sfalsin (2018) complementa que o *compliance* tem sido cada vez mais utilizado como



ferramenta para dar credibilidade às organizações, solidificando assim sua reputação frente ao mercado. Ainda, a implantação de uma área de compliance, que por muitas vezes atua em paralelo ao controle interno, busca reestabelecer a credibilidade de empresas que por algum histórico de atos ilícitos tiveram suas marcas desacreditadas.

A atividade de Compliance, era utilizada principalmente em instituições financeiras no viés de assessorar juridicamente quanto a interpretação de instrumentos legais. O autor destaca que, o grau de necessidade de implantação de uma área de Compliance varia de acordo com o tamanho da responsabilidade jurídica a qual está incumbida a empresa, ou seja, quanto maior a organização ou sua base normativa aplicável, maior será a necessidade de adoção de práticas que garantam sua conformidade (LIRA, 2014).

Em mercado tão competitivo as organizações precisam além de demonstrar, comprovar que possuem uma estrutura de Compliance adequada e suficiente, capaz de respaldar que adotam boas práticas corporativas. É imprescindível que o mercado veja com credibilidade a empresa, desta forma, uma assessoria externa se torna elemento de respaldo quanto a segurança das informações, contribuindo para que o negócio siga funcionando com solidez (LIRA, 2014).

## **MATERIAL E MÉTODOS**

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada na Cooperativa Alfa (nome fictício utilizado para não identificar a cooperativa em que foi realizado o estudo) no período de 01/04/2023 a 30/06/2023. Segundo explica Pradanov e Freitas (2013), a natureza aplicada tem por objetivo utilizar os resultados obtidos na identificação de possíveis oportunidades de melhoria quanto ao tema delimitado.

Em relação à abordagem do problema, a este artigo classifica-se como sendo qualitativa. Segundo Vianna (2001), o aspecto qualitativo se dá em razão das análises realizadas quanto aos dados obtidos, bem como, face à evidenciação quanto ao nível de conformidade do processo avaliado. Já o aspecto quantitativo possui relação com os dados numéricos obtidos e transformados em elementos estatísticos, que podem ser utilizados para fins de gerenciamento.

Quanto aos objetivos, este artigo categoriza-se como explicativo e descritivo devido à pesquisa estar alicerçada na busca por informações relacionadas ao tema, aplicação de teste de conformidade com base nos dados anteriormente obtidos e por fim, evidenciação quanto ao nível de conformidade percebido no processo. Os estudos explicativos e descritivos representam relação entre variáveis, ou seja, visam descrever características de determinado grupo populacional (GIL, 2010).

Para a realização dos procedimentos técnicos, utilizou-se os seguintes meios: pesquisa

bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso. A fundamentação da pesquisa ocorreu através de livros, normativos internos e externos, legislações e informações publicadas com relação ao tema proposto. Quanto a parte documental, o estudo está amparado por arquivos e informações disponibilizados pela empresa, tais como relatórios, manuais e normativos. Referente a categorização como estudo de caso, origina-se pelo fato de a pesquisa estar diretamente relacionada ao teste de conformidade aplicado quanto a formalística do Produto Crédito Geral.

A coleta de dados para este estudo foi realizada por meio de observação participante, consulta à documentação direta e indireta, e entrevistas com colaboradores responsáveis pela análise e operacionalização de crédito. A escolha de cada fonte de informação foi baseada na sua relevância para a pesquisa. As informações diretas foram obtidas a partir de normativos e formulários da cooperativa, entrevistas não padronizadas com membros da equipe de ciclo de crédito, planilhas eletrônicas contendo registros e dados numéricos, e relatórios de ferramentas internas relacionadas ao produto. Já as informações indiretas foram embasadas em relatórios elaborados pela área de controles internos e compliance da organização, anotações de colaboradores e referências bibliográficas que apoiaram o desenvolvimento do estudo.

É importante destacar que os métodos utilizados para coletar os dados foram aplicados com a devida verificação e compreensão de sua confiabilidade, visando garantir a veracidade e a correspondência com a realidade. Esse cuidado foi essencial para alcançar com sucesso o objetivo proposto no trabalho. Após a geração dos dados, o estudo prosseguiu com a definição de um plano de análise e interpretação, conforme preconizado por Vianna (2001), com o intuito de transformar esses dados em informações consumíveis pelas partes interessadas. Essa fase do estudo envolveu a utilização dos papéis de trabalho coletados e a elaboração de demonstrativos de resultados, os quais deveriam ser suficientes e claros em suas informações.

A análise e interpretação dos dados permitiram uma ampliação da visão e conhecimento em relação ao processo estudado na organização, incluindo os procedimentos realizados pelos colaboradores para atender às demandas dos associados. De maneira geral, por meio do teste de conformidade amostral, foi possível identificar o nível de assertividade do processo, assim como oportunidades de melhoria relacionadas a ele.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise do presente estudo está centrada na verificação quanto ao nível de conformidade do produto crédito na Cooperativa Alfa, delimitando-se em analisar as linhas Crédito Avulso, Pré-Aprovado, Automatizado, Renegociação e Limites de Rotativo e Desconto

de Recebíveis. Em uma visão ampla, o produto crédito pode ser considerado como carro-chefe de uma instituição financeira, ao que, sua análise e concessão devem ser pautadas em critérios estabelecidos de acordo com o apetite a risco da instituição e, de modo a garantir a isonomia entre os clientes/cooperados.

Sob forma de contextualização, a Cooperativa estudada apresenta políticas e normativos relacionados ao produto crédito, nos quais estão estabelecidos critérios e condições para que um associado esteja apto a aderir ao produto. Ademais, como estrutura de governança, cabe salientar que há comitês e alçadas competentes que analisam as propostas de crédito, bem como, a formalística aplicável.

## PROCESSO DE ANÁLISE E CONCESSÃO DE CRÉDITO

### CRÉDITO AVULSO E CRÉDITO PRÉ-APROVADO

Na instituição estudada, o limite de valor financiável se aplica de acordo com a capacidade de pagamento do tomador e o prazo máximo de financiamento é de 48 meses, sendo as formas de amortização disponíveis: Price, SPV e SAC.

Para esta linha de crédito, a vinculação de garantias é avaliada de acordo com os critérios pré-estabelecidos em normativos de análise e concessão de crédito, sendo que, a taxa pode ser pré-fixada ou indexada ao CDI.

Em havendo alguma excepcionalidade quanto a prazo, taxa ou garantia, é necessário que haja deliberação por comitê competente, conforme normativos locais.

Por sua vez, o Crédito Pré-Aprovado corresponde a uma linha de empréstimo onde a Cooperativa disponibiliza ao associado Pessoa Física um limite de crédito pré-aprovado para utilização. Estes limites são gerados através de modelos estatísticos que avaliam centenas de variáveis ligadas a capacidade de pagamento, dados cadastrais e comportamentos do associado no mercado financeiro.

O objetivo desta linha é proporcionar ao associado maior facilidade para adesão ao produto, motivo pelo qual, a contratação pode ser realizada diretamente no aplicativo do celular, Internet Banking, ou terminal financeiro da agência. O limite disponível varia de acordo com a capacidade de pagamento do tomador da operação, assim como, o cálculo da taxa de juros utiliza metodologia de precificação amparada em reciprocidades com a instituição e modelos estatísticos de análise de crédito.

Quando da simulação de crédito em um dos canais de autoatendimento, o sistema irá calcular de forma automática a taxa de juros e esta será apresentada ao propenso tomador antes de formalizar a adesão. Por fim, o prazo delimitado para esta linha de financiamento é

de 72 meses com possibilidade de carência de até 60 dias.

## **CRÉDITO AUTOMATIZADO**

O terceiro item analisado corresponde ao Crédito Automatizado. Este módulo de crédito possui vinculação ao sistema interno da Cooperativa, intitulado Esteira de Crédito, e tem por finalidade aprovar automaticamente propostas de empréstimos enquadradas nos parâmetros previamente estabelecidos pela Instituição.

O objetivo do crédito automatizado é dar agilidade aos trâmites e proporcionar maior eficiência no atendimento às necessidades e demandas do associado tomador. Neste cenário, a parametrização de critérios possibilita reduzir o tempo de análise e concessão, resultando em menores custos para a Cooperativa, uma vez que, há liberação de tempo para que integrantes de comitês de crédito analisem propostas mais críticas conforme indicação ou estratégia da Instituição.

Todos os associados aptos ao atendimento no produto crédito têm suas propostas submetidas ao módulo de crédito automatizado, onde uma automação realiza verificações e validações dos critérios configurados pela Cooperativa com base nos valores de referência. Em havendo cumprimento de todos os critérios estabelecidos, ocorre a aprovação do crédito de forma automática e, o registro da análise é feito através de Ata de aprovação da proposta, na qual constam colunas com os valores de referência e ao lado as condições de enquadramento do tomador em relação a cada item.

Por fim, os regramentos aplicáveis aos respectivos produtos, assim como, metodologia de cálculo e indicadores que compõe os parâmetros do módulo automatizado são analisados e aprovados pela Diretoria da Cooperativa. Tal poder de deliberação está amparado por Políticas da Instituição.

## **RENEGOCIAÇÃO DE CRÉDITO**

A abordagem da renegociação de crédito, que pode ser caracterizada como operações que possuem alterações nas condições originalmente pactuadas, incluindo composição de dívidas, prorrogação de parcelas ou prazo de vencimento, assim como, casos de concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de um contrato anterior.

Em qualquer um dos casos descritos anteriormente, sob a ótica do fluxo financeiro, o evento representa um agravamento nas condições originalmente pactuadas, portanto, conforme confere o Banco Central do Brasil, o nível de risco atribuído às operações de renegociação deve ser mantido, no mínimo, no mesmo rating final de provisão que estiver classificada a operação que deu origem a renegociação (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1999).

Para esta linha, a empresa estudada dispõe que em operações renegociadas sejam mantidas as garantias vinculadas as operações originais e, sempre que possível, sejam adicionados elementos de mitigação quanto ao risco de inadimplência. Dada a característica específica das operações de renegociação de crédito, estas exigem um monitoramento intensivo, o qual compreende evolução quanto ao nível de inadimplência, a existência de renegociação sucessiva, bem como, evolução do cenário financeiro do tomador da operação.

## LIMITES DE ROTATIVO E DESCONTOS DE RECEBÍVEIS

Por fim, o limite de crédito Rotativo e Desconto de Recebíveis, sendo o primeiro uma modalidade de empréstimo baseada em um limite fornecido ao associado, para utilização em fins diversos. Na Cooperativa estudada, os limites de rotativo podem ser gerados de forma pré-aprovada ou, definidos com base em critérios estabelecidos em norma interna.

Em complemento, o BACEN explica que estas operações de crédito são vinculadas a um contrato que estabelece limite para linha de crédito rotativo. Neste tipo de operação de crédito, à medida que o saldo devedor é amortizado, restitui-se o limite disponível para utilização (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2023).

Já o limite de Desconto de Recebíveis corresponde a uma antecipação de recursos ao associado, ou seja, ao invés de o contratante aguardar o vencimento daquele cheque ou duplicata, por meio de um crédito de desconto de recebíveis, o valor é disponibilizado de forma antecipada ao associado. A possibilidade de antecipar os recebíveis se dá através da concessão de um limite de crédito analisado de acordo com os normativos internos da instituição.

Conforme consta em página oficial do Banco Central do Brasil:

§ 1º Os ativos financeiros de que trata o caput podem ser originários de operações realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil, de prestação de serviços, entre outros, inclusive na hipótese de direitos creditórios de existência futura e montante desconhecido, desde que derivados de relações já constituídas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, p. 7).

Na instituição objeto do estudo, o limite de financiamento corresponde a 100% da agenda de recebíveis elegíveis ou do limite disponível, estabelecido de acordo com a análise de crédito. Além disto, sob forma de mitigação de riscos, adota-se limitadores de concentração por sacado.

## TESTE DE CONFORMIDADE E ANÁLISE QUALITATIVA

Diante da explanação a respeito dos produtos selecionados, através da Tabela 1 demonstra-se o programa de testes aplicado, o qual norteia os papéis de trabalho que embasam a realização do estudo proposto, assim como, indica os documentos submetidos à

análise e, o objetivo que se buscou atingir mediante aplicação dos exames.

**Tabela 1** - Programa de teste de conformidade

Código	Descrição
1	Aprovação de acordo com a alçada do comitê competente
2	Atendimento às determinações do comitê competente
3	Dossiê da operação
4	Utilização do recurso conforme finalidade
5	Documentação apresentada de acordo com o checklist do produto de crédito
6	Assinatura/rubrica do proponente/representante/avalista n instrumento de crédito
7	Cadastro proponente/representante/avalista
8	CET (Custo Efetivo Total) formalizado e devidamente assinado
9	Termo de adesão ao seguro prestamista formalizado e devidamente assinado
10	Taxa de juros de acordo com a tabela vigente no momento da contratação
11	Garantia formalizada de acordo com o normativo aplicável
12	Garantia registrada em cartório (se aplicável)
13	Título de origem liquidado (renegociações)

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023)

Assim como em um programa de auditoria, na realização de testes de conformidade ou testes de controle interno, os autores Araújo, Arruda e Barreto (2010) exaltam que o planejamento do programa de exames representa as técnicas e métodos utilizados para realização do trabalho. Na visão dos autores, um planejamento adequado, acrescido de boas escolhas técnicas, resultam em eficiência e qualidade no desempenho da atividade, que por sua vez, agrega confiança e credibilidade aos resultados.

Por sugestão da área responsável, o teste aplicado no presente artigo compreende um período de três meses, estabelecidos entre abril e junho de 2023. Neste período foram analisados, exclusivamente, os processos de crédito, modalidade Crédito Avulso, Pré-Aprovado, Automatizado, Renegociação e Limites de Rotativo e Desconto de Recebíveis.

Neste contexto, selecionada uma amostra de 95 operações de crédito, obtida através da metodologia aleatória simples. Tal metodologia, conforme descrição do Tribunal de Contas da União, diz respeito a uma escolha simples e aleatória de elementos, alicerçada no princípio de que cada qual possui a mesma probabilidade de ser escolhido (BRASIL, 2002).

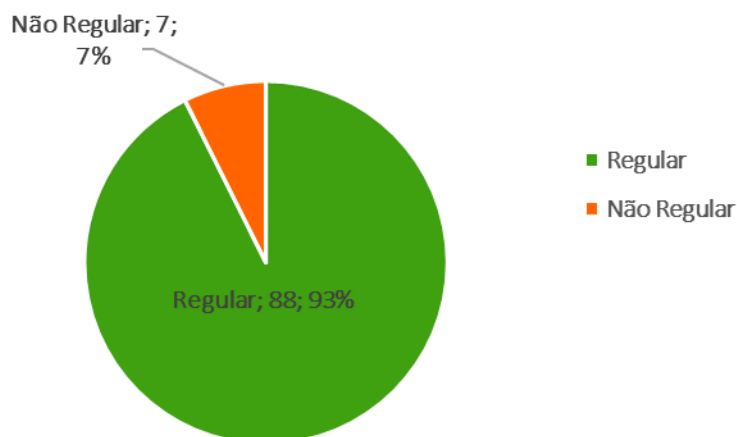
Fundamentado por esta metodologia, o presente trabalho abrange a análise de 25 operações de Crédito Avulso, 15 operações de crédito Pré-Aprovado, 15 operações de crédito Automatizado, 20 operações de crédito caracterizadas como Renegociações, 10 operações de Limites de Crédito Rotativo e 10 operações de Desconto de Recebíveis.

Uma vez realizada a análise da amostra preparada, o resultado dos exames é refletido em relatório. O relatório corresponde ao instrumento técnico onde o auditor, ou integrante de segunda linha de defesa (área de compliance ou controles internos) registra suas conclusões a

respeito do trabalho realizado, assim como, comentários e percepções obtidas acerca dos resultados (ARAÚJO; ARRUDA; BARRETO, 2010).

Neste sentido, sob a premissa de apurar o nível de conformidade do conteúdo analisado frente aos normativos aplicáveis e, apresenta como resultado dos papéis de trabalho, os gráficos 1 e 2, bem como, pareceres correspondentes.

**Gráfico 1** – Resultado geral do teste de conformidade

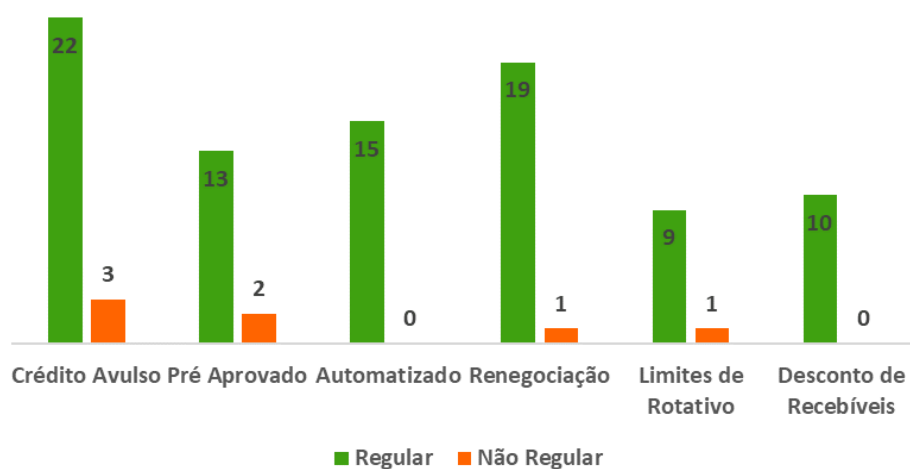


**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023)

Evidencia-se a partir do gráfico 1 o resultado do programa de testes realizado quanto a formalística do produto crédito na Cooperativa Alfa. Obteve-se por meio deste procedimento um nível de conformidade de 93%, ou seja, das 95 operações verificadas, 88 apresentaram formalística adequada frente aos manuais e normativos aplicáveis. Enquanto, 07 operações de crédito verificadas continham necessidade de ajuste ou ausência de alguma formalização, o que representa 7% da amostra avaliada.

Sob forma de ampliar a análise quanto ao diagnóstico obtido, o gráfico 2 compreende o resultado por modalidade de crédito examinada.

Gráfico 2 – Resultados dos testes por modalidade



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Conforme elencado no gráfico 2, as linhas de crédito Automatizado e Desconto de Recebíveis apresentaram 100% de conformidade frente ao escopo de trabalho, enquanto os demais produtos apresentaram achados quanto a necessidade de ajuste. Observa-se que as linhas de crédito Renegociação e Limite de Rotativo apresentaram 01 (uma) inconformidade cada, o que representa um nível de acurácia de 95% e 90%, respectivamente, face que, foram analisados 20 títulos de crédito renegociados e 10 instrumentos de crédito referente a Limites de Rotativo.

Também evidenciado pelo gráfico 2 que as linhas de crédito Pré-Aprovado e Crédito Avulso apresentaram maior volumetria de achados, sendo a primeira linha com 02 operações em situação de inconformidade, enquanto a segunda linha apresentou 03 casos com alguma necessidade de correção. Em termos percentuais, a linha de crédito Pré-Aprovado resultou em 87% de conformidade, enquanto o Crédito Avulso performou em 88% de conformidade.

Quanto aos achados na realização dos testes, evidenciada a comprovação parcial quanto a aplicação do recurso, de acordo com a finalidade da operação (3); ausência do termo de adesão ao seguro prestamista junto ao dossiê da operação (2); aprovação em comitê competente (1); assinaturas parciais em instrumento de crédito (ausência de assinatura de cônjuge – aval) (1). Em termos percentuais, das 07 inconsistências encontradas, 43% correspondem a comprovação quanto aplicação dos recursos, 29% estão relacionadas a formalização do seguro prestamista e 14% dizem respeito a trâmites de aprovação em comitê competente e assinaturas no dossiê de crédito.

Abaixo, pode-se observar através da Tabela 2 o código do escopo em que foram identificadas as inconsistências, bem como, volumetria de achados correspondente.



**Tabela 2** - Inconsistências encontradas

Código	Descrição	Qtd. Achados
4	Comprovação parcial aplicação do recurso	3
9	Ausência do termo de adesão ao seguro prestamista	2
1	Aprovação de acordo com a alçada do comitê competente	1
6	Assinatura/rubrica do proponente/representante/avalista no instrumento de crédito	1

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023)

Com relação as inconsistências, Crepaldi (2013) explica que sua ocorrência representa erros involuntários, em que não há finalidade de obter ou proporcionar vantagem para si ou outrem de forma ilícita. Em sua grande maioria, os erros estão atrelados a descuido, esquecimento ou ausência de expertise na execução de alguma atividade.

Em suma, evidenciou-se por intermédio deste teste de conformidade, que a formalística do produto crédito na Cooperativa apresenta elevado nível de eficiência, resultado que possui embasamento nos controles existentes, análises periódicas quanto ao processo, processos de auditoria aos quais são submetidos os processos, bem como, o fato de que uma grande volumetria de linhas de crédito possui centralização em áreas técnicas situadas na Sede da Cooperativa, o que corrobora com a qualidade da operação, vez que, são especialistas que operacionalizam e analisam as propostas. Já as inconsistências encontradas não correspondem a algo materialmente relevante, correspondem a um percentual de normalidade diante da volumetria de operações que tramitam na instituição e, por sua vez, não representam elevado nível de risco para a Cooperativa no que se refere a possibilidade de perdas financeiras, tampouco, continuidade do negócio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do irrefutável cenário de mudanças no ambiente corporativo global, questões relacionadas a excelência, agilidade e confiabilidade são primordiais na construção de um diferencial competitivo. Considerando que o nicho de mercado onde as instituições financeiras estão inseridas apresenta uma gama de possibilidades variada, o sentimento de fazer parte e ser dono do negócio compõe um diferencial de destaque para as Cooperativas de Crédito. Instituições estas que possuem história centenária em território brasileiro e que desempenham um papel louvável na construção de uma sociedade mais igualitária e próspera, alicerçadas na colaboração mútua e do modelo de negócios ganha-ganha.

Diante da análise realizada sobre a conformidade do processo e formalística do produto crédito na Cooperativa Alfa, este estudo de conclusão de curso de MBA em Finanças Corporativas e Compliance revelou aspectos cruciais para a compreensão do modelo de negócios cooperativo no setor financeiro. Os resultados evidenciaram não apenas a

conformidade dos produtos de crédito, mas também a dedicação da organização em manter padrões elevados de eficiência técnica e operacional, visando fornecer soluções seguras e confiáveis aos associados.

No entanto, é importante destacar as limitações desta pesquisa. Embora tenham sido alcançados os objetivos específicos propostos, o estudo teve como base uma única cooperativa, o que limita a generalização dos resultados para outras instituições cooperativas ou do setor financeiro em geral. Além disso, as análises realizadas foram pontuais e estão sujeitas às mudanças nas regulamentações e no ambiente econômico.

Trabalhos futuros, sugere-se que pesquisas subsequentes explorem uma amostra mais abrangente de cooperativas de crédito, possibilitando uma compreensão mais holística das práticas de conformidade no setor. Além disso, considerando o dinamismo do cenário global e as constantes evoluções nas regulamentações, estudos futuros podem aprofundar a análise das tendências emergentes em conformidade e cooperativismo, contribuindo para a atualização contínua das práticas e políticas adotadas pelas instituições.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. **Auditoria**: Um Curso Moderno e Complexo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- ARAÚJO, I. DA P. S.; ARRUDA, D. G.; BARRETO, P. H. T. **Auditoria Contábil**: Enfoque teórico, normativo e prático. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- ATTIE, W. **Auditoria**: Conceitos e Aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- AUDIBRA. 1998. **Instituto dos Auditores Internos do Brasil**. Normas Brasileiras para o Exercício da Auditoria Interna. São Paulo, SP, Brasil: Audibra
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Empréstimos e financiamentos**. 2023. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/tiposemprestimo>> Acesso em 20 out. 2023.
- \_\_\_\_\_. **O que é cooperativa de crédito?** 2015. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/coopcred.asp?frame=1>> Acesso em 26 abr. 2023.
- \_\_\_\_\_. **Resolução Nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res\\_2682\\_v2\\_L.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf)> Acesso em 21 out. 2023.
- \_\_\_\_\_. **Resolução Nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017**. Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50344/Res\\_4557\\_v1\\_O.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50344/Res_4557_v1_O.pdf)> Acesso em 29 abr. 2023

\_\_\_\_\_. **Resolução Nº 4.734, de 27 de junho de 2019.** Estabelece condições e procedimentos para a realização de operações de desconto de recebíveis de arranjo de pagamento integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro baseado em conta pós-paga e de depósito à vista e de operações de crédito garantidas por esses recebíveis, por parte das instituições financeiras; e altera o art. 2º da Resolução nº 4.593, de 28 de agosto de 2017. Disponível em: <[https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/50795/Res\\_4734\\_v6\\_L.pdf](https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/50795/Res_4734_v6_L.pdf)> Acesso em 22 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **SCR Sistema de Informações de Crédito.** Documento 3040 – Dados de Risco de Crédito. 2023. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/Leiaute\\_de\\_documentos/scrdoc3040/SCR\\_InstrucoesDePreenchimento\\_Doc3040.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/Leiaute_de_documentos/scrdoc3040/SCR_InstrucoesDePreenchimento_Doc3040.pdf)> Acesso em 21 out. 2023

BORDIN, P.; SARAIVA, C. J. **O controle interno como ferramenta fundamental para a fidedignidade das informações contábeis.** Revista eletrônica de Contabilidade, v. 2, n. 3, p. 218, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/index.php/contabilidade/article/view/200>>. Acesso em: 25 abr.2023.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Técnicas de Amostragem para Auditorias.** Brasília: TCU, Secretaria-Adjunta de Fiscalização, 2002. Disponível em: <[http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas\\_governo/tecnicas\\_anop/AMOSTRAGEM.pdf](http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/tecnicas_anop/AMOSTRAGEM.pdf)> Acesso em 21 out. 2023.

CREPALDI, S. A. **Auditoria Contábil:** Teoria e Prática. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DE SANTANA PINHO, R. C.; BEZERRA, L. B. **Implantação da auditoria baseada em risco em uma entidade do "sistema s":** o caso do Sebrae/CE. Revista Ambiente Contábil. v. 7. n. 2, p. 32 – 52, 2015.

FERNANDES, F. C.; SOUZA, J. A. L.; FARIA, A. C. Evidenciação de riscos e captação de recursos no mercado de capitais: um estudo do setor de energia elétrica. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 13 n. 1, p. 59-73, 2010.

FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria Contábil:** Teoria e Prática. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FRANTZ, W. **Caminhos para o Desenvolvimento pelo Cooperativismo.** Ijuí: Unijuí, 2003.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL. **A importância dos testes de auditoria.** 2021. Disponível em <<https://iiabrasil.org.br/noticia/a-importancia-dos-testes-de-auditoria#:~:text=Os%20procedimentos%20de%20teste%20devem,as%20exce%C3%A7%C3%B5es%20de%20auditoria%20observadas>> Acesso em: 28 out. 2023.

INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL. **MODELO DAS TRÊS LINHAS DO IIA 2020.** Uma atualização das Três Linhas de Defesa. 2020. Disponível em

<<https://iiabrasil.org.br/korbilload/upl/editorHTML/uploadDireto/20200758glob-th-editorHTML-00000013-20082020141130.pdf>> Acesso em: 28 out. 2023

LIRA, M. **O que é Compliance e como o profissional da área deve atuar?** 2014. Disponível em: <https://michaellira.jusbrasil.com.br/artigos/112396364/o-que-e-compliance-e-como-o-profissional-da-area-deve-atuar>. Acesso em: 24 abr. 2023.

MILLER, E. M. Risk, Uncertainty, and Divergence of Opinion. **The Journal of Finance**, v. 32, n. 4, p. 1151-1168, 1977.

PAGNUSSATT, A. **Guia do Cooperativismo de Crédito: Organização, Governança e Políticas Corporativas**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

PINHO, D. B. **A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, 1. ed. Bad Godesberg, 1973.

PRADANOV, C. C.; FREITAS, E. C. DE. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, O. M. **Auditoria Fácil**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SCHARDONG, A. **Cooperativa de Crédito: Instrumento de Organização Economia da Sociedade**. Porto Alegre: Rigel, 2003.

SCHERER, L. P. **Cooperativismo: Para tudo e Para todos**. Santa Rosa: Gráfica e Edit. Giruaense Ltda., 1999.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO. **O que é Cooperativismo**. Disponível em: <<https://www.sescooprs.coop.br/cooperativismo/o-que-e-cooperativismo/#:~:text=O%20cooperativismo%20C3%A9%20um%20modelo,ao%20trabalho%20de%20cada%20associado.>> Acesso em 25 abr. 2023.

SFALSIN, E. **Compliance: história e importância**. 2018. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/compliance-historia-e-importancia>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

VIANNA, I. O. DE A. **Metodologia do Trabalho Científico: Um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: E.P.U, 2001.

WILHELM, ELEMAR JOSÉ; SCHNEIDER, JOSÉ ODELSON. **O Primeiro Centenário de Um Sonho**. 1. Ed. Do Autor: Santa Rosa, 2013.

ZONATTO, V. C.; BEUREN, I. M. **Evidenciação das Características Básicas Recomendadas Pelo Coso (2004) Para a Gestão de Riscos em Ambientes de Controle no Relatório da Administração de Empresas Brasileiras com ADRs**. Contextus, v. 10, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7422>>. Acesso em: 25 abr. 2023.